

## reflexões acerca da moral anarquista<sup>1</sup>

Jean Barrué<sup>2</sup>

A moral, segundo os dicionários, é a *ciência que projeta as regras a seguir para fazer o bem e evitar o mal*. Ela é, assim como o direito, uma ciência normativa, pois “ela formula regras e preceitos”. Tal definição evita responder questões que o simples bom senso impõe: a moral é considerada aqui como uma “ciência”, mas podemos afirmar que as “regras” que ela formula têm o caráter imperativo das leis científicas? Quem definirá o bem e o mal? Quem fixa — ou fixou — essas regras e esses preceitos: um deus, uma religião, a tradição, o consenso universal? Trata-se aí de uma moral imposta que tem para os indivíduos um caráter obrigatório e que precisa cuidadosamente o que é proibido e o que é permitido: a sanção será, então, o complemento natural da obrigação. Um caso extremo — mas banal, hoje — é esse de populações inteiras submetidas a uma “moral” que serve aos interesses de uma classe social, de uma oligarquia, de uma ideologia. O bem, é o que é conforme a vontade do poder; o mal, é o que poderia enfraquecer o poder. Em tal moral, existe uma oposição absoluta

entre o que é proibido e o que é permitido: a perfeição é atingida quando o que é permitido confunde-se com o que é obrigatório!

Uma moral única, conforme diz Guyau com muita justeza, é opressiva por essência. Só a diversidade das morais pode salvaguardar a liberdade e a personalidade dos indivíduos: morais não impostas, mas livremente aceitas por um grupo social cujos membros estão de acordo quanto a regras de vida no interior do grupo e de comportamento em relação aos indivíduos exteriores ao grupo. Pôde-se, assim, falar de moral estoíca ou de moral epicurista. Podemos, igualmente, falar de moral anarquista?

\*\*\*

Moral anarquista: parece haver uma contradição entre esses dois termos. A idéia de moral está, com efeito, associada — não apenas nos dicionários, como também no espírito de muitas pessoas — à idéia de obrigação e sanção. Ora, quem diz obrigação, diz autoridade amiúde injustificada e poder abusivo, o que é contrário ao pensamento anarquista. Mas se os anarquistas estão de acordo em relação a alguns princípios essenciais que os guiarão em suas relações entre si e com o resto da sociedade, poder-se-á, então, falar de uma moral anarquista: uma moral livre de toda obrigação opressiva e de toda sanção repressiva. Essas precisões autorizam-nos a associar a palavra “moral” à palavra “anarquista”, sem que seja necessário substituir o latim pelo grego e “moral” por “ética”.

Como os anarquistas concebem uma sociedade na qual os indivíduos e os grupos de indivíduos viveriam e trabalhariam segundo a moral anarquista? Tudo o que foi escrito acerca da moral anarquista mostra muito bem que se trata de uma moral do futuro, e a adaptação das

idéias anarquistas a uma sociedade conduz a descrever uma sociedade dos tempos futuros. Não se trata de escrever um romance fantástico, nem de se entregar a profecias imprudentes, e seria ridículo entrar em detalhes inúteis. Limitar-nos-emos, portanto, a extrair idéias diretivas da moral anarquista e a mostrar que a nova sociedade surgiria de sua aplicação. Alguns censuram a moral anarquista por suas lacunas e sua imprecisão, mas ela é o testemunho de um esforço construtivo com vistas a uma sociedade livre, igualitária, fraternal, que devolverá aos produtores e aos cidadãos a gestão direta da economia da cidade.

Sociedade livre? Defender antes de tudo — e em todos os âmbitos — a liberdade do indivíduo e suprimir os poderes arbitrários. Reconhecer no trabalho a autoridade fundada na aptidão e na competência, não pode justificar o poder de um indivíduo sobre outros indivíduos, nem a legalização desse poder. Isso acarreta o desaparecimento do Estado autoritário, centralizado, onipresente e dos organismos — exército, polícia, justiça — que são os auxiliares do Estado. A liberdade de cada indivíduo só pode existir na liberdade dos outros indivíduos.

Sociedade igualitária? Igualdade não significa identidade: a diversidade dos indivíduos, de suas vocações, de suas aptidões, de suas capacidades, é indispensável à divisão do trabalho. Quando indivíduos contribuem utilmente a uma tarefa coletiva, eles merecem a mesma consideração, o mesmo tratamento e — se a situação se apresentar — a mesma remuneração. Os anarquistas opõem-se, então, a essas hierarquias que criam classes privilegiadas e instauram desigualdades que nada justificam senão a tradição, o desprezo pelo trabalho manual julgado “inferior”, e a manutenção das situações adquiridas.

Sociedade fraternal? Não basta suprimir a violência organizada e sistemática do Estado e de seus auxiliares; também é preciso — o máximo possível — eliminar toda violência nas relações humanas. A sociedade anarquista deve estar fundada na cooperação, na solidariedade e no apoio mútuo. Viver em sociedade acarreta uma certa alienação da liberdade individual, mas a perda da “liberdade absoluta” é compensada pelas vantagens que a vida coletiva proporciona. Sob uma condição: a vida “social” deve respeitar as liberdades essenciais do indivíduo e sua personalidade.

Gestão direta? Os anarquistas não concebem a organização da economia e da comuna senão gerida diretamente pelos interessados: por aqueles que participam da produção ou da vida da comuna. As diretrizes e as decisões partem da “base” e os responsáveis em todos os níveis dos organismos de coordenação têm mandatos precisos, são controlados por seus mandatos e não são em nenhum caso irremovíveis. Assim, a estrutura federalista das unidades de produção e das comunas evita o autoritarismo e a burocratização de um aparelho permanente.

\*\*\*

Tal sociedade fundada na moral anarquista provoca naturalmente muitas críticas. Eis a mais corrente: “É um sonho bem sedutor esse de uma sociedade que traria mais justiça e harmonia... mas quando pensamos na natureza humana e na estrutura do mundo atual, é apenas uma construção do espírito, um sonho irrealista, uma utopia.” É preciso reconhecer que, desde há um século, as conferências, os *meetings*, as discussões, nossas brochuras e nossos jornais não fizeram o anarquismo progredir. O único resultado obtido foi substituir na mente das pessoas a imagem do anar-

quista terrorista e sanguinário pela imagem do anarquista sonhador, repleto de boas intenções... mas que não tem os pés no chão! E a questão essencial que se coloca aos anarquistas é a seguinte: “Admitindo que sua sociedade seja realizável, como passar do sonho à realidade? Com que meios esperam transformar o mundo?”

Não se pode edificar uma nova sociedade senão sobre as ruínas da antiga sociedade. Transformar o mundo supõe a destruição radical do passado. Os anarquistas que sempre combateram o ludíbrio do sufrágio universal e a farsa eleitoral, não podem certamente pensar que uma nova sociedade nascerá de algumas reformas anódinas custosamente arrancadas no âmbito da democracia parlamentar. O socialismo “no poder” não pode modificar as estruturas profundas da sociedade, mudar o sistema de propriedade, pôr um termo definitivo à política de armamento e ao militarismo.

Se a via reformista não leva a nada, devemos concluir ingenuamente: “Basta fazer a revolução”? Que revolução, com quem e por quê? A época do romantismo revolucionário e das barricadas passou. Desde 1917 todas as revoluções fracassaram (Ucrânia, Espanha) ou serviram a minorias dizendo-se de “vanguarda” para tomar o poder, e para conservá-lo por todos os meios opressivos próprios aos Estados e aos exércitos. O proletariado, em nome do qual se dizia exercer a ditadura, escapou de uma servidão para cair numa outra ainda pior. O novo poder conservou todas as taras do antigo, com mais mentira e hipocrisia. Os anarquistas nunca aspiraram a tomar o poder, e os exemplos da Ucrânia e da Espanha mostram muito bem que se associar aos futuros ditadores é um autêntico suicídio. Nessas pretensas revoluções, os anarquistas só podem ser contra-revolucionários.

Mas então, nem socialismo “à francesa”, nem comunismo “à russa”? A sociedade anarquista só pode nas-

cer por um amplo sobressalto popular — uma revolta e não uma revolução, para retomar a terminologia de Stirner —, por ocasião de uma grave crise econômica e política que colocará a questão: sobreviver ou desaparecer. Diante das falências sucessivas do liberalismo, do socialismo reformista e do pretense comunismo, só restará a solução anarquista, e talvez os anarquistas sejam capazes de engajar — e não dirigir — uma corrente popular que se beneficiará da neutralidade da massa dos indiferentes e dos resignados. Se essas condições forem realizadas, será necessário fazer frente à feroz resistência dos privilegiados do antigo regime e de seus cães de guarda. Como parecem ridículos os debates teóricos sobre a violência e a não-violência! Tão logo os anarquistas representaram um perigo, mesmo mínimo, para o Poder, eles foram perseguidos e massacrados. Diante da violência organizada do Estado, a violência revolucionária nada mais é que o exercício do direito de legítima defesa. Nesse confronto inevitável — e que será decisivo — todos os meios de luta podem ser aplicados, sob uma dupla condição: 1<sup>o</sup> que eles sejam eficazes; 2<sup>o</sup> que eles não estejam em contradição com os próprios fins do anarquismo. Os anarquistas não podem praticar nem desculpar a tomada de reféns, as chantagens dizendo respeito à vida ou à morte de alguns inocentes, a tortura, as violências inúteis, o terrorismo cego, tudo o que tende a aviltar e a desonrar o adversário. A violência — quando ela é necessária — nada tem de comum com a fria crueldade das “repressões legais”!

Assim, uma sociedade fundada na moral anarquista não parece realizável senão num futuro bem impreciso. Que isso não seja pretexto ao desencorajamento! Houve no passado anarquistas, sempre haverá, e no espírito de muitas pessoas existe um anarquismo latente que pode um dia passar à ação. Continuar a propaganda

escrita e oral, participar de todas as lutas cotidianas e parciais sem sectarismo, mas sem conformismo, e assim manter-se pronto para toda eventualidade: tal é o dever dos anarquistas nesses tempos de incerteza.

\*\*\*

Também seria preciso, talvez, livrarmo-nos de certas fórmulas que repetimos por hábito, sem nos darmos conta de sua estupidez. Sobretudo, esta: “Combatemos as idéias e não os indivíduos.” Há algo de mais imbecil que esta solene afirmação... a menos que seja um procedimento grosseiro e hipócrita, de “desvincular-se” do terrorismo? É verdade, não se mata uma Idéia, mas ao suprimir os indivíduos que a representam, ela perde suas sustentações e torna-se sem força. Assim operam os Estados que, para entravar ou romper o possível desenvolvimento do anarquismo, massacraram impiedosamente os anarquistas. Crê-se realmente que, permanecendo no campo das idéias, pode-se combater com sucesso o Capitalismo, o Nacionalismo, o Militarismo, sem atacar os capitalistas, os nacionalistas, os militaristas, que são para nós inimigos bem vivos, bem “reais” e mais perigosos que vagas abstrações? O Militarismo é uma palavra que se presta a justas oratórias; o militarista é um adversário a quem não se desarma com discursos.

\*\*\*

Os anarquistas não crêem que a mentira e as promessas que nunca poderão ser cumpridas possam servir a suas idéias. Eles não são mercadores de ilusões na feira da política e não se gabam dos méritos de remédios miraculosos, tais como o socialismo do sr. Mitterrand ou o comunismo dos senhores do Kremlin. Mas quando combatemos as ilusões perigosas, devemos evitar ser, nós

mesmos, vítimas de novas ilusões: os anarquistas escaparão das seduções da ilusão pacifista? Guerra à guerra, nunca mais a guerra, amo a paz... são palavras de ordem “mobilizadoras”. Elas reuniram antes de 1914 multidões imponentes sem impedir a Primeira Guerra Mundial. Elas animaram antes de 1939 a União Pela Paz — logo desnaturada e corrompida pelos elementos stalinistas — e a Segunda Guerra Mundial aconteceu. E hoje, em 1983, os movimentos pela paz tornam a nos pregar a mesma peça: união bem heteróclita com uma maioria anti-EUA, uma minoria anti-URSS, e um pequeno número de pessoas que colocam os dois Grandes no mesmo saco, e, lá dentro, ao lado de uma multidão de pessoas de boa vontade, os amigos da burocracia soviética disfarçados de pacifistas. A quem se fará crer que os desfiles, as manifestações, as petições, os cartazes, as correntes humanas, todo esse blá-blá-blá irrisório, todo esse folclore batido, poderão impedir os Estados de declarar a guerra onde e quando eles quiserem? Se os anarquistas recusam participar desse circo, eles também deveriam renunciar a essa cômoda explicação que torna responsáveis pelas guerras o Capitalismo, o Comércio de armas, o Imperialismo e outros “ismos” tão anônimos quanto inapreensíveis. A realidade é mais simples: a guerra supõe exércitos, fábricas de armas — nuclear ou não — e quadros especializados fortemente hierarquizados que organizam e dirigem fábricas e exércitos. O simples bom senso indica que, para impedir a guerra ou para realizar o desarmamento unilateral que alguns pacifistas preconizam, o único meio não-utópico, é colocar as fábricas de armas fora de funcionamento e os quadros dirigentes fora do estado de nocividade. Todo o resto é apenas ilusão para enganar os outros e enganar a si mesmo. Dirão que tal tarefa é impossível. Então, não vivamos num sonho, não acreditemos em Papai Noel, saibamos nos preparar para o inevitável, mas não esqueçamos essa



regra — imperativa! — da moral anarquista: quaisquer que sejam os acontecimentos, os anarquistas não devem ser nem parvos nem cúmplices.

### Nota

<sup>1</sup>Tradução e nota de Plínio A. Coêlho, de “Réflexions sur la morale anarchiste”, in Jean Barrué. *Morale sans obligation ni sanction et morale anarchiste*. In Les Cahiers du Vent du Cl'min, Paris, vol.8, 1986, pp. 21-31.

<sup>2</sup>“Jean Barrué nasceu em 16 de agosto de 1902, em Bordeaux. Militante comunista depois sindicalista revolucionário e anarquista. Após estudos superiores de matemática, torna-se, em 1926, professor de matemática na região Aquitânia. Seu engajamento militante data de 1919, com sua participação numa manifestação revolucionária contra as cerimônias guerreiras da “Vitória”. Adere, em seguida, ao grupo dos estudantes socialistas, , tomando parte, em seguida, em 1920, da criação do Partido Comunista Francês do qual será um militante ativo antes de romper definitivamente. Em 1925, volta-se para o sindicalismo revolucionário e milita no seio da Federação do Ensino (C.G.T.U). Em 1936 (após a reunificação) será nomeado secretário da seção girondina da C.G.T. Colabora no jornal *Le Cri du Peuple*, depois retoma em 1934 *A Ação Sindicalista*, que defende as teses sindicalistas revolucionárias. Sem ilusão quanto ao Front Populaire e às eleições de 1936, e em face das ameaças de conflitos, adere à Liga dos Combatentes da Paz. Após a guerra, retoma sua atividade sindical na C.N.T. francesa, depois adere à Federação Anarquista da qual se torna importante membro do Grupo Sébastien Faure de Bordeaux. Responsável pelas relações internacionais com os outros movimentos anarquistas europeus, colabora no *Le Monde Libertaire*, na revista *La Rue* ou na revista alemã *Befreiung*. Ele é igualmente o tradutor (do alemão) de várias obras como: *A Reação na Alemanha*, de Bakunin; *Anarquismo e marxismo na revolução russa*, de Arthur Lehning e de diferentes textos de Stirner sobre a educação. No início dos anos 1980, em desacordo com a Federação Anarquista, aproxima-se da União dos Anarquistas em torno do jornal *Le Libertaire*. Morre em Bordeaux, em 26 de agosto de 1989”. *Éphéméride Anarchiste*.

### RESUMO

**Relação entre moral e anarquia e implicações sobre sua projeção sobre uma sociedade futura.**

### ABSTRACT

**Relation between moral and anarchy and implications on its projection over a future society.**